Obras

Servicos

Fornecimentos

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 19/11/2007.

19 de Novembro de 2007. — O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, António Edgard Pestana da Costa, CFR AN.

2611066010

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas, I. P.

ANÚNCIO DE CONCURSO

 \times

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? NÃO \boxtimes SIM \square					
SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE					
I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFIC	CIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE				
Organismo Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas, I. P.	À atenção de Gabriel Marques				
Endereço Rua de Castilho, 45-51	Código postal 1069-164				
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal				
Telefone (351) 213846115	Fax (351) 213846190				
Correio electrónico	Endereço Internet (URL)				
I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver anexo A I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver anexo A					
I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI- DOS DE PARTICIPAÇÃO					
Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A					
I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE Governo central □ Instituição Europeia □ Autoridade regional/local □ Organismo de direito público ☑ Outro □					
SECÇÃO II: OBJEC	TO DO CONCURSO				
II.1) DESCRIÇÃO II.1.3) Tipo de contrato de serviços Categoria de serviços 1 7					
II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro? NÃO □ SIM □					
II.1.6) Descrição/objecto do concurso Instalação de máquinas de refrigeração e fornecimento de água e copos. II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços Instalações do IFAP, I. P., em Lisboa. Código NUTS					
II.1.8) Nomenclatura II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) * Vocabulário principal Vocabulário complementar Objecto 15.98.10.00-8					
II.1.9) Divisão em lotes NÃO ☒ SIM ☐ Indicar se se podem apresentar propostas para: um lote ☐ vários lotes ☐ todos os lotes ☐					

	DO CONTRATO O				
Ou: Início 0 1	/ 0 1 / 2 0 0 8	e/ou termo	3 1 /	12/	2010

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

O concorrente a quem for feita a adjudicação fica obrigado a prestar, a favor do IFAP, I. P., uma caução no valor de 5% do valor global da adjudicação.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Agrupamento de empresas: ao procedimento poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade no âmbito da qual se enquadra a prestação dos serviços objecto deste concurso.

Constituição jurídica dos agrupamentos: a constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências

Modalidade de associação de empresas: no caso de a adjudicação da prestação de serviços ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, numa das modalidades admitidas

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

São requisitos essenciais à admissão de concorrentes

Possuírem habilitação profissional, bem como capacidade técnica e financeira para a execução do objecto do presente procedimento:

Encontrarem-se em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e à respectiva região autónoma ou autarquia local, no caso de uma destas ser a entidade pública adjudicante;

Encontrarem-se em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se encontrem estabelecidos:

Não se encontrem em estado de falência, de liquidação ou de cessação de actividade, ou tenham o respectivo processo pendente;

Não terem sido condenados por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afecte a sua honorabilidade profissional, ou não tenham sido disciplinarmente punidos por falta grave em matéria profissional, a não ser que entretanto tenha ocorrido a sua reabilitação;

Não terem sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, durante o período de inabilidade legalmente previsto;

Não terem sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 396/91, de 16 de Outubro, durante o período de inabilidade legalmente previsto;

Não terem sido objecto de aplicação de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal ou no Estado membro da União Europeia de que sejam nacionais ou onde se encontrem estabelecidos durante o prazo de prescrição da sanção legalmente previsto.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Declaração na qual os concorrentes indiquem o seguinte: nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade, estado civil e domicílio. No caso de pessoa colectiva: denominação social, número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo Comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória;

Declaração emitida conforme modelo constante do anexo 1 ao caderno de encargos; Se o concorrente for estrangeiro, deverá juntar à proposta um documento em que declare que desiste de quaisquer regalias que lhe possam pertencer na qualidade de estrangeiro, renunciando a qualquer foro especial, e de que se submete às condições que regem a prestação de serviços e normas do concurso, bem como à legislação portuguesa que lhe for aplicável.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

Declaração, sob compromisso de honra, de que o concorrente se encontra profissional, financeira e tecnicamente habilitado a cumprir o objecto do presente procedi-

Lista de referências de clientes, devidamente certificada, para os quais tenham executado serviços semelhantes ao presente concurso.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

Lista dos principais bens ou serviços fornecidos nos últimos três anos, respectivos montantes, datas e destinatários, a comprovar por declaração destes ou, na sua falta e tratando-se de destinatários particulares, por simples declaração dos

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

II.3.1)	Α	prestaçã	o do	serviço	está	reservada	а	uma	determinada	profissão?
٥٨١	ſ	∇	CILA							

NÃO 🗵

SIM \square

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou	SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE					
administrativas relevantes	I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFI	CIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE				
III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato? NÃO 🗵 SIM 🗆	Organismo Centro Hospitalar de Torres Vedras	À atenção de Serviços Farmacêuticos do Centro Hospitalar de Torres Vedras, Rua do Dr. Aurélio Ricardo Belo				
SECÇÃO IV: PROCESSOS	Endereço Rua do Dr. Aurélio Ricardo Belo	Código postal 2560-324				
IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público	Localidade/Cidade Torres Vedras	País Portugal				
IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos? NÃO ⊠ SIM □	Telefone (351) 261319294	Fax (351) 261319365				
Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção VI) para informações com- plementares	Correio electrónico aprov@hdtvedras.min-saude.pt	Endereço Internet (URL)				
IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO A) Preço mais baixo	I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER (Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver an	OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO	I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER O					
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 0 1 5 dias a contar da publicação do anúncio no <i>Diário da República</i> .	Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver an					
Custo: 250 euros mais IVA. Moeda: euro.	I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTA DOS DE PARTICIPAÇÃO					
Condições e forma de pagamento: Liquidar em dinheiro ou em cheque no acto da aquisição.	Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver an I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICAN	m I.1 ⊠ Se distinto, ver anexo A				
IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação 0 1 5 dias a contar da sua publicação no <i>Diário da República</i>	Governo central	ão Europeia				
IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pe-	Autoridade regional/local Organis	mo de direito público 🗵 Outro 🗆				
didos de participação ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro		CTO DO CONCURSO				
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta	II.1) DESCRIÇÃO II.1.2) Tipo de contrato de fornecim	entos				
1 2 0 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas IV.3.7) Condições de abertura das propostas		ão financeira □ Locação-venda □				
IV.3.7.2) Data, hora e local	Combinação dos anteriores II.1.5) Designação dada ao contrato	pela entidade adjudicante				
No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas Hora: 10 horas. Local: Rua de Castilho, 45-51, 1269-163 Lisboa.	Concurso público n.º 110001/2008. II.1.6) Descrição/objecto do concurso					
SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Citotóxicos orais anticorpos monoclona II.1.7) Local onde se realizará a obra,	is. a entrega dos fornecimentos ou a pres-				
VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO? NÃO ⊠ SIM □	tação de serviços Serviços Farmacêuticos do Centro Hospi	italar de Torres Vedras.				
VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES Não serão admitidas propostas relativas a partes do serviço objecto do presente	Código NUTS PT16B CONTINENTE CENTRO — OE	STE.				
concurso. Não serão admitidas propostas variantes nem com alterações de cláusulas do cader-	II.1.8) Nomenclatura					
no de encargos. Não serão admitidas propostas alternativas nem condicionadas.	II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary)* Vocabulário principal Vocabulário complementar					
O contrato a celebrar revestirá a modalidade de «contrato de prestação de servi- ços».	Objecto 24.45.00.00-3					
Reserva-se o adjudicante o direito de: Não adjudicar o objecto do presente concurso a nenhum dos concorrentes de acor- do com o previsto no n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Ju-	principal II.1.9) Divisão em lotes					
nho; Adjudicar parcelarmente e parcialmente o objecto do presente concurso.	NÃO 🗵 SIM 🗆					
O pagamento será efectuado de acordo com o disposto no caderno de encargos, no ponto «preço e condições de pagamento».	Indicar se se podem apresentar proposum lote \square vários lotes \square tod	stas para: os os lotes \square				
O prazo referido no ponto «II.3) Duração do contrato ou prazo de execução» é de 36 meses, ou seja, 3 anos.	II.1.10) As variantes serão tomadas NÃO ⊠ SIM □	em consideração?				
* Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu.	II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO D					
19 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo do IFAP, <i>Joaquim Mestre</i> .	dos; Capecitabina 150 mg — 8500 comp	Capecitabina 500 mg — 28 000 comprimi- primidos; Melfalam 2 mg — 50 comprimi-				
2611066048	dos; Ciproterona 50 mg — 15 000 comp II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU F					
MINISTÉRIO DA SAÚDE	Ou: Início 0 1 / 0 1 / 2 0 0 8 e/o					
Centro Hospitalar de Torres Vedras	SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO					
ANÚNCIO DE CONCURSO	III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CO	ONCURSO				
Obras \square	III.1.1) Cauções e garantias exigidas Após a adjudicação, 5% do valor do co					
Fornecimentos 🗵		πιταιο. nciamento e pagamento e/ou referência				
Serviços O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?	às disposições que as regulam	data de emissão das facturas relativas aos				

fornecimentos, os adjudicatários não terão direito a juros de mora.